

Self-regulation for the Prevention of Money Laundering and Terrorist Financing



Autorregulação de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

Apresentação

Apresentamos a Autorregulação de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo das empresas que atuam com troca entre ativos virtuais e moeda nacional ou moeda estrangeira; troca entre um ou mais ativos virtuais; transferência de ativos virtuais; custódia ou administração de ativos virtuais ou de instrumentos que possibilitem controle sobre ativos virtuais; ou participação em serviços financeiros e prestação de serviços relacionados à oferta por um emissor ou venda de ativos virtuais, desenvolvido pela Associação Brasileira de Criptoconomia – (“ABCripto”), com o propósito de colaborar com o aperfeiçoamento das práticas e condutas seguidas pelos Associados e de propiciar um padrão de atuação capaz de ampliar a eficiência e transparência do mercado.

Os pilares para esta Autorregulação são os princípios da integridade, equidade, respeito, transparência, excelência, sustentabilidade e confiança, além da promoção de atuação ética que se harmoniza com a legislação vigente. Nesse sentido, a Autorregulação visa se tornar uma referência de comprometimento ético dos Associados para consolidação de um ambiente saudável e consistente de relacionamento entre os participantes do ecossistema de criptoativos e a sociedade, em linha com as Leis 9.613/98, 12.683/12, 13.260/16, 13.810/19, 14.478/22, além das diretrizes do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”), Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Esta Autorregulação reflete ainda o compromisso dos Associados com a livre concorrência, prevenção a fraudes, combate à lavagem de dinheiro e medidas anticorrupção, sendo um importante marco em busca do aumento da confiabilidade dos agentes do mercado e da redução de assimetria nas informações disponíveis.

Aos prestadores de serviço envolvidos na atividade de “tokenização” (“*exchanges*” ou “*tokenizadoras*”), consultores de crédito, estruturadores e cedentes de direitos creditórios.

Self-regulation for the Prevention of Money Laundering and Terrorist Financing

Introduction

Brazilian Cryptoeconomics Association (“ABCripto”) presents the Self-Regulation for the Prevention of Money Laundering and Terrorism Financing of companies that engage in the exchange between virtual assets and national or foreign currency; exchange involving one or more virtual assets; transfer of virtual assets; custody or administration of virtual assets or instruments enabling control over virtual assets; or participation in financial services and the provision of services related to the issuance or sale of virtual assets, developed by the ABCripto, with the purpose of collaborating with the improvement of practices and behaviors followed by the members and providing a standard of action capable of enhancing the efficiency and transparency of the market.

The pillars for this Self-Regulation are the principles of integrity, equity, respect, transparency, excellence, sustainability, and trust, in addition to promoting ethical conduct aligned with current legislation. In this sense, Self-Regulation aims to become a reference for the ethical commitment of Members to consolidate a healthy and consistent environment of relationships among participants in the crypto asset ecosystem and society, in line with Laws 9,613/98, 12,683/12, 13,260/16, 13,810/19, 14,478/22, as well as the guidelines of Council for Financial Activities Control (“COAF”), the Central Bank of Brazil, and Securities and Exchange Commission of Brazil (“CVM”).

This Self-Regulation also reflects the commitment of Members to free competition, fraud prevention, combating money laundering, and anti-corruption measures, being an important milestone in increasing the reliability of market agents and reducing information asymmetry.

For service providers involved in the “tokenization” activity (“*exchanges*” or “*tokenizers*”), credit consultants, structurers, and assignors of receivables.

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º. Esta Norma de Autorregulação dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas Entidades ou prestadoras de serviços de ativos virtuais (VASPs), visando à prevenção da utilização do segmento de criptoeconomia para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.

§ 1º Para os fins desta Norma de Autorregulação, os crimes referidos no *caput* serão denominados genericamente "lavagem de dinheiro" e "financiamento do terrorismo".

§ 2º Para os fins desta Norma de Autorregulação, denominaremos Entidades ou VASPs a pessoa jurídica que executa, em nome de terceiros, pelo menos um dos serviços de ativos virtuais, entendidos como:

- a) troca entre ativos virtuais e moeda nacional ou moeda estrangeira;
- b) troca entre um ou mais ativos virtuais;
- c) transferência de ativos virtuais;
- d) custódia ou administração de ativos virtuais ou de instrumentos que possibilitem controle sobre ativos virtuais; ou
- e) participação em serviços financeiros e prestação de serviços relacionados à oferta por um emissor ou venda de ativos virtuais.

§ 3º Esta Norma de Autorregulação não se sobrepõe à legislação vigente, ainda que venham ser editadas após o início de sua vigência. Caso existam contradições entre as diretrizes aqui estabelecidas e legislação em vigor, as disposições desta Norma deverão ser desconsideradas, sem acarretar prejuízos nas demais diretrizes.

CAPÍTULO II - DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

Art. 2º. As Entidades devem implementar e manter política aprovada nos termos do art. 4º e atualizada com base em princípios e diretrizes que busquem prevenir a sua utilização para as práticas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

CHAPTER I - OBJECT AND SCOPE OF APPLICATION

Article 1. This Self-Regulation rule establishes the policy, procedures, and internal controls to be adopted by Entities or providers of virtual asset services (VASPs) aimed at preventing the use of the crypto-economy segment for the commission of crimes such as money laundering or concealment of property, rights, and values, as provided for in Law No. 9,613 of March 3, 1998, and terrorism financing, provided for in Law No. 13,260 of March 16, 2016.

1st paragraph. For the purposes of this Self-Regulation rule, the crimes referred to in the *caput* shall be generically called "money laundering" and "terrorism financing."

2nd paragraph. For the purposes of this Self-Regulation rule, we will designate Entities or VASPs as legal entities that perform, on behalf of third parties, at least one of the virtual asset services, understood as:

- a) exchange between virtual assets and national or foreign fiat;
- b) exchange involving one or more virtual assets;
- c) transfer of virtual assets;
- d) custody or administration of virtual assets or instruments enabling control over virtual assets; or
- e) participation in financial services and the provision of services related to the issuance or sale of virtual assets.

3rd paragraph. This Self-Regulation rule doesn't override current legislation, even if enacted after the beginning of its validity. In case of contradictions between the guidelines established here and current legislation, the provisions of this rule should be disregarded without causing harm to other guidelines.

CHAPTER II - ANTI-MONEY LAUNDERING AND TERRORIST FINANCING (AML/CFT) POLICY

Article 2. Entities must implement and maintain a policy approved in accordance with Article 4 and updated based on principles and guidelines to prevent their use for money laundering and terrorism financing practices.

Parágrafo único. A política de que trata o caput deve ser compatível com os perfis de risco:

I - dos clientes;

II - da instituição;

III - das operações, transações, produtos e serviços; e

IV - dos funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados.

Art. 3º. A política referida no art. 2º deve contemplar:

I - as diretrizes para:

a) a definição de papéis e responsabilidades para o cumprimento das obrigações de que trata esta Norma de Autorregulação;

b) a definição de procedimentos voltados à avaliação e à análise prévia de novos produtos e serviços, bem como da utilização de novas tecnologias, tendo em vista o risco de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo;

c) a avaliação interna de risco e a avaliação de efetividade;

d) a verificação do cumprimento da política, dos procedimentos e dos controles internos de que trata esta Norma de Autorregulação, bem como a identificação e a correção das deficiências verificadas;

e) a promoção de cultura organizacional de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, como treinamentos e planos de comunicação, contemplando, inclusive, os funcionários, os parceiros e os prestadores de serviços terceirizados;

f) a seleção e a contratação de funcionários e de prestadores de serviços terceirizados, tendo em vista o risco de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo; e

g) a capacitação dos funcionários sobre o tema da prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, considerando treinamentos e programas de formação e aprendizagem.

Single paragraph. The policy referred to in the caput must be compatible with the risk profiles:

I - of customers;

II - of the institution;

III - of operations, transactions, products, and services; and

IV - of employees, partners, and third-party service providers.

Article 3. The policy referred to in Article 2 must include:

I - guidelines for:

a) definition of roles and responsibilities for fulfilling the obligations of this Self-Regulation rule;

b) defining procedures for the assessment and prior analysis of new products and services, as well as the use of new technologies, considering the risk of money laundering and terrorism financing;

c) internal risk assessment and effectiveness evaluation;

d) verification of compliance with the policy, procedures, and internal controls of this Self-Regulation rule, as well as the identification and correction of identified deficiencies;

e) promoting an organizational culture of money laundering and terrorism financing prevention, such as training and communication plans, including employees, partners, and third-party service providers;

f) selecting and hiring employees and third-party service providers, considering the risk of money laundering and terrorism financing; and

g) training employees about money laundering and terrorism financing prevention, considering training and learning programs.

II - as diretrizes para implementação de procedimentos:

a) de coleta, verificação, validação e atualização de informações cadastrais, visando a conhecer os clientes, os funcionários, os parceiros e os prestadores de serviços terceirizados;

b) de registro de operações e de serviços financeiros;

c) de monitoramento, seleção e análise de operações e situações suspeitas; e

d) de comunicação de operações ao COAF através do sistema de envio de informações em vigor; e

III – Evidência do comprometimento da alta administração com a efetividade e a melhoria contínua da política, dos procedimentos e dos controles internos relacionados com a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Art. 4º. A política referida no art. 2º deve ser:

I – documentada em manuais e procedimentos indicando;

a) a estrutura organizacional da instituição, inclusive seu grau de autonomia e independência das áreas de negócios, de modo a evitar conflitos de interesse;

b) a eventual existência de comitês ou fóruns de discussão com foco em PLD/FTP na instituição, informando: (i) as áreas que participam do organismo; (ii) a periodicidade das reuniões; e (iii) a formalização ou não das decisões;

c) os sistemas utilizados pela instituição para fins de PLD/FTP;

d) a metodologia adotada para a avaliação de efetividade da política, das regras, dos procedimentos e dos controles internos adotados pela instituição para fins de PLD/FTP;

e) a forma como são feitas as consultas a fontes alternativas, a exemplo de listas restritivas, sites de busca, bancos de dados e/ou órgãos reguladores para a verificação independente de informações desabonadoras;

f) os procedimentos para monitoramento, identificação e análise das operações e situações atípicas e das ocorrências de atos relacionados à LD/FTP, bem como a especificação de outras situações de monitoramento reforçado adotadas pela instituição;

II - guidelines for the implementation of procedures:

a) for collecting, verifying, validating, and updating registration information, aiming to know customers, employees, partners, and third-party service providers;

b) for recording financial transactions and services;

c) for monitoring, selecting, and analyzing suspicious transactions and situations; and

d) for reporting transactions to the COAF through the existing information sending system; and

III - Evidence of top management commitment to the effectiveness and continuous improvement of the policy, procedures, and internal controls related to money laundering and terrorism financing prevention.

Article 4. The policy referred to in Article 2 must be:

I - documented in manuals and procedures indicating;

a) the organizational structure of the institution, including autonomy and independence from business areas to avoid conflicts of interest;

b) the possible existence of committees or discussion forums with a focus on AML/FT in the institution, providing: (i) the areas participating in the organism; (ii) the frequency of meetings; and (iii) the formalization or not of decisions;

c) the systems used by the institution for AML/FT purposes;

d) the methodology adopted for evaluating the effectiveness of the policy, rules, procedures, and internal controls adopted by the institution for AML/FT purposes;

e) the way in which alternative sources are consulted, such as restrictive lists, search engines, databases and/or regulatory bodies for independent verification of disreputable information;

f) procedures for monitoring, identifying, and analyzing unusual operations and situations and occurrences of acts related to AML/FT, as well as specifying other situations of reinforced monitoring adopted by the institution;

g) os procedimentos para comunicação de situações, operações ou propostas de operações que contenham indícios de atos relacionados à LD/FTP às autoridades competentes;

h) a forma como se dá o intercâmbio de informações entre as áreas da própria instituição e de seu conglomerado, quando aplicável;

i) a forma como se dá o intercâmbio de informações entre as instituições de diferentes conglomerados, quando aplicável;

j) os procedimentos adotados para avaliação e monitoramento do programa de PLD/FTP pela auditoria interna, quando aplicável, e externa, bem como pela área de controles internos, compliance, gerenciamento de risco ou setor equivalente que seja independente da área de PLD/FTP;

k) os procedimentos para testar o programa de PLD/FTP, indicando a periodicidade em que os testes são realizados e a área responsável por ele;

l) os procedimentos adotados para tratar eventuais descumprimentos e falhas identificados nos testes do programa de PLD/FTP e a forma como se dará o reporte para a alta administração;

l) Os procedimentos e a metodologia para condução de avaliação de riscos de produtos (incluindo novos produtos), clientes, funcionários e parceiros; e

m) Os procedimentos adotados para manutenção e guarda de informações e registro das análises de PLD/FTP, pelo período mínimo de 5 anos (conforme prazo estabelecido pela regulamentação vigente).

II - aprovada pelo conselho de administração ou, se inexistente, pela diretoria da Entidade;

III - mantida atualizada; e

IV - disponibilizada para todos os colaboradores, parceiros e prestadores de serviço, quando aplicável.

CAPÍTULO III – DA AVALIAÇÃO INTERNA DE RISCO

Art. 5º. As Entidades devem realizar avaliação interna de risco (AIR) com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.

g) procedures for reporting situations, operations, or proposals for operations that contain indications of acts related to AML/FT to the competent authorities;

h) how information exchange occurs between the institution's areas and its conglomerate, when applicable;

i) how information exchange occurs between institutions of different conglomerates, when applicable;

j) procedures adopted for evaluating and monitoring the AML/FT program by internal audit, when applicable, and external audit, as well as by the internal controls, compliance, risk management, or equivalent sector independent of the AML/FT area;

k) procedures for testing the AML/FT program, indicating the frequency at which tests are conducted and the area responsible for it;

l) procedures adopted to address any non-compliance and failures identified in AML/FT program tests and how reporting to top management will occur;

m) procedures and methodology for conducting risk assessments of products (including new products), customers, employees, and partners; and

n) procedures adopted for the maintenance and storage of information and recordkeeping of AML/FT analyses for a minimum period of 5 years (as established by current regulations).

II - approved by the board or directors of the Entity;

III – kept updated

IV - made available to all employees, partners and service providers, where applicable.

CHAPTER III - INTERNAL RISK ASSESSMENT

Article 5. Entities must conduct an Internal Risk Assessment (IRA) with the aim of identifying and measuring the risk of their products and services being used for money laundering and terrorism financing.

§ 1º Para identificação do risco de que trata o caput, a avaliação interna deve considerar, no mínimo, os perfis de risco:

I - dos clientes;

II - da Entidade, incluindo o modelo de negócio e a área geográfica de atuação;

III - das operações, transações, produtos e serviços, abrangendo todos os canais de distribuição e a utilização de novas tecnologias; e

IV - das atividades exercidas pelos funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados.

§ 2º Devem ser utilizadas como subsídio à avaliação interna de risco, quando disponíveis, avaliações realizadas por entidades públicas do País relativas ao risco de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

Art. 6º. A avaliação interna de risco deve ser:

I - documentada e aprovada por diretor responsável; e

II - revisada a cada dois anos, bem como quando ocorrerem alterações significativas nos perfis de risco mencionados no art. 5º.

Art. 7º. De acordo com a regulamentação vigente, a AIR deve envolver, no mínimo, o perfil de risco do cliente, devendo ser classificada a partir de uma avaliação mínima como de risco baixo, médio e alto.

Art. 8º. A Entidade deve elaborar seu programa de PLD/FT levando em consideração a abordagem baseada em risco (ABR) e, portanto, considerando sua AIR, e construindo políticas, procedimentos e controles internos proporcionais aos riscos identificados.

Art. 9º. A Entidade deve revisar regularmente a aplicação da ABR nos programas de PLD/FT, ou quando houver alterações na AIR.

Parágrafo único. A periodicidade de revisão da metodologia de ABR aplicada ao programa de PLD/FTP de cada Entidade deve ser compatível com os prazos definidos para revisão da AIR, da política e do relatório de efetividade.

1st paragraph. To identify the risk referred to in the caput, the internal assessment must consider, at a minimum, the risk profiles:

I - of customers;

II - of the Entity, including the business model and geographical area of operation;

III - of operations, transactions, products, and services, covering all distribution channels and the use of new technologies; and

IV - of activities performed by employees, partners, and third-party service providers.

2nd paragraph. Assessments conducted by public entities in the country regarding the risk of money laundering and terrorism financing should be used as a subsidy for the internal risk assessment when available.

Article 6. The internal risk assessment must be:

I - documented and approved by a responsible management; and

II - reviewed every two years, as well as when significant changes occur in the risk profiles mentioned in Article 5.

Article 7. According to current regulations, the IRA must involve, at a minimum, the customer's risk profile, being classified from a minimum assessment as low, medium, and high risk.

Article 8. The Entity must develop its AML/FT program considering the Risk-Based Approach (RBA), thus taking into account its IRA and building policies, procedures, and internal controls proportional to the identified risks.

Article 9. The Entity must regularly review the application of the risk-based approach ("RBA") in AML/FT programs or when there are changes in the IRA.

Single paragraph. The frequency of reviewing the RBA methodology applied to the AML/FTP program of each Entity must be compatible with the deadlines defined for reviewing the IRA, policy, and effectiveness report.

CAPÍTULO IV – DOS PROCEDIMENTOS DESTINADOS A CONHECER OS CLIENTES, COLABORADORES, PARCEIROS E PRESTADORES DE SERVIÇOS

Art. 10. As Entidades devem implementar procedimentos destinados a conhecer seus clientes, colaboradores, parceiros e prestadores de serviços, incluindo procedimentos que assegurem a devida diligência na sua identificação, qualificação e classificação.

§ 1º Os procedimentos referidos no caput devem ser compatíveis com:

I - o perfil de risco de cada categoria de terceiro, contemplando medidas reforçadas para clientes classificados em categorias de maior risco, de acordo com a avaliação interna de risco referida no art. 5º;

II - a política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo de que trata o art. 2º; e

III - a avaliação interna de risco de que trata o art. 5º.

Art. 11. As Entidades devem adotar procedimentos de identificação que permitam verificar e validar a identidade do cliente, do colaborador, parceiros e prestadores de serviço.

§ 1º Os procedimentos referidos no caput devem incluir a obtenção, a verificação e a validação da autenticidade de informações de identificação do cliente, colaborador, parceiros e prestadores de serviço, inclusive, se necessário, mediante confrontação dessas informações com as disponíveis em bancos de dados de caráter público e privado.

§ 2º No processo de identificação das contrapartes referidas neste capítulo, devem ser obtidos, no mínimo:

I - o nome completo, o endereço residencial e o número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou registro similar, no caso de pessoa natural; e

II - a firma ou denominação social, o endereço da sede e o número de registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou registro similar, no caso de pessoa jurídica.

Art. 12. As informações referidas no art. 10 devem ser mantidas atualizadas continuamente e, obrigatoriamente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses no caso de clientes.

CHAPTER IV - PROCEDURES TO KNOW CUSTOMERS, EMPLOYEES, PARTNERS, AND SERVICE PROVIDERS

Article 10. Entities must implement procedures to know their customers, employees, partners, and service providers, including procedures that ensure due diligence in their identification, qualification, and classification.

1st paragraph. The procedures mentioned in the caput must be compatible with:

I - the risk profile of each category of third party, including reinforced measures for clients classified in higher-risk categories, according to the internal risk assessment referred to in Article 5;

II - the policy for the prevention of money laundering and terrorism financing referred to in Article 2; and

III - the internal risk assessment referred to in Article 5.

Article 11. Entities must adopt identification procedures that allow verifying and validating the identity of the customer, employee, partners, and service providers.

1st paragraph. The procedures mentioned in the caput must include obtaining, verifying, and validating the authenticity of identification information for the customer, employee, partners, and service providers, including, if necessary, by comparing this information with that available in public and private databases.

2nd paragraph. In the identification process of the counterparts mentioned in this chapter, at least the following must be obtained:

I - full name, residential address, and the Cadastro de Pessoas Físicas (“CPF”) or similar registration number, in the case of natural persons; and

II - the company name or corporate name, headquarters address, and the Brazilian Register of Legal Entities (“CNPJ”) or similar registration number, in the case of legal persons.

Article 12. Information referred to in Article 10 must be continuously updated and, obligatorily, within a maximum period of 24 (twenty-four) months for customers.

Art.13. As Entidades devem adotar procedimentos que permitam qualificar seus clientes por meio da coleta, verificação e validação de informações, compatíveis com o perfil de risco do cliente e com a natureza da relação de negócio.

§ 1º Os procedimentos de qualificação referidos no caput devem incluir a coleta de informações que permitam avaliar a capacidade financeira do cliente, incluindo a renda, no caso de pessoa natural, ou o faturamento, no caso de pessoa jurídica.

§ 2º A necessidade de verificação e de validação das informações referidas no § 1º deve ser avaliada pelas Entidades de acordo com o perfil de risco do cliente e com a natureza da relação de negócio.

§ 3º Nos procedimentos de que trata o caput, devem ser coletadas informações adicionais do cliente, compatíveis com o risco de utilização de produtos e serviços na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.

§ 4º A qualificação do cliente deve ser reavaliada de forma periódica, de acordo com a evolução da relação de negócio e do perfil de risco.

§ 5º As informações coletadas na qualificação do cliente devem ser mantidas atualizadas.

Art. 14. Os procedimentos de qualificação do cliente pessoa jurídica devem incluir a análise da cadeia de participação societária até a identificação da pessoa natural caracterizada como seu beneficiário final, sempre que a participação seja igual ou maior que o percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º Devem ser aplicados à pessoa natural referida no caput, no mínimo, os procedimentos de qualificação definidos para a categoria de risco do cliente pessoa jurídica na qual o beneficiário final detenha participação societária.

§ 2º É também considerado beneficiário final o representante, inclusive o procurador e o preposto, que exerça o comando de fato sobre as atividades da pessoa jurídica.

Art. 15. As Entidades devem realizar a atualização da classificação de risco de LDFT após a confirmação da suspeita formalizada em parecer.

Art. 16. As Entidades devem estabelecer a execução das regras para identificação de operações ou situações suspeitas descritas no Anexo I da Autorregulação aplicáveis.

Article 13. Entities must adopt procedures that allow qualifying their customers through the collection, verification, and validation of information, compatible with the customer's risk profile and the nature of the business relationship.

1st paragraph. The qualification procedures mentioned in the caput must include the collection of information that allows assessing the financial capacity of the customer, including income in the case of natural persons, or billing in the case of legal persons.

2nd paragraph. The need for verification and validation of the information mentioned in paragraph 1 must be assessed by the Entities according to the customer's risk profile and the nature of the business relationship.

3rd paragraph. In the procedures mentioned in the caput, additional information compatible with the risk of using products and services for money laundering and terrorism financing must be collected.

4th paragraph. The qualification of the customer must be reevaluated periodically, according to the evolution of the business relationship and the risk profile.

5th paragraph. Information collected during the customer qualification must be kept up-to-date.

Article 14. Procedures for qualifying a legal entity customer must include an analysis of the chain of corporate participation until the identification of the natural person characterized as its ultimate beneficiary, whenever the participation is equal to or greater than 25% (twenty-five percent).

1st paragraph. The natural person referred to in the caput must be subject to at least the qualification procedures defined for the risk category of the legal entity customer in which the ultimate beneficiary holds corporate participation.

2nd paragraph. The representative, including the attorney and the representative, who exercises effective control over the activities of the legal entity, is also considered the ultimate beneficiary.

Article 15. Entities must update the ML/TF risk classification after the confirmation of suspicion formalized in an opinion.

Article 16. Entities must establish the execution of rules for identifying operations or suspicious situations described in Annex I of the Self-Regulation applicable.

Art. 17. As Entidades devem monitorar as operações em “especial atenção”, incluindo clientes classificados como Pessoas Politicamente Expostas (PEP).

Art. 18. Além das disposições acima, as Entidades deverão seguir as instruções constantes no Anexo I a esta Autorregulação de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo.

CAPÍTULO V – DOS PROCEDIMENTOS DESTINADOS A CONTROLES INTERNOS

Art. 19. Os controles internos, independentemente do porte da Entidade, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por ela realizadas.

Art. 20. Os controles internos, cujas disposições devem ser acessíveis a todos os funcionários da Entidade, de forma a assegurar sejam conhecidas a respectiva função no processo e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da organização, devem prever:

I - procedimentos de revisão periódica e atualização dos controles internos executados nos processos de Políticas, Avaliação Interna de Riscos, KYC (“Know Your Customer”), KYT (“Know Your Transaction”), KYE (“Know Your Employee”), KYP (“Know Your Partner”) e KYS (“Know Your Supplier”), Monitoramento de Transações Suspeitas, Comunicação ao COAF e Controles Internos;

II - a definição de responsabilidades dentro da Entidade;

III - meios de identificar e avaliar fatores internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição;

IV - a existência de canais de comunicação que assegurem aos funcionários, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso a confiáveis, tempestivas e compreensíveis informações consideradas relevantes para suas tarefas e responsabilidades;

V - a contínua avaliação dos diversos riscos associados às atividades da Entidade;

VI - o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da Entidade estão sendo alcançados, bem como a assegurar que quaisquer desvios possam ser prontamente corrigidos; and

VII - a existência de testes periódicos para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

Article 17. Entities must monitor operations under "special attention," including customers classified as Politically Exposed Persons (PEP).

Article 18. In addition to the above provisions, Entities must follow the instructions contained in Annex I to this Self-Regulation for the Prevention of Money Laundering and Terrorism Financing.

CHAPTER V – PROCEDURES FOR INTERNAL CONTROLS

Article 19. Internal controls, regardless of the size of the Entity, must be effective and consistent with the nature, complexity, and risk of the operations it performs.

Article 20. Internal controls, whose provisions must be accessible to all employees of the Entity, in order to ensure that their role in the process and the responsibilities assigned to the various levels of the organization are known, must provide:

I - procedures for periodic review and updating of internal controls executed in the processes of Policies, Internal Risk Assessment, KYC ("Know Your Customer"), KYT ("Know Your Transaction"), KYE ("Know Your Employee"), KYP ("Know Your Partner"), and KYS ("Know Your Supplier"), Monitoring of Suspicious Transactions, Communication to COAF, and Internal Controls;

II - definition of responsibilities within the Entity;

III - means of identifying and evaluating internal and external factors that may adversely affect the achievement of the institution's objectives;

IV - the existence of communication channels that ensure employees, according to their corresponding level of performance, have access to reliable, timely, and understandable information considered relevant to their tasks and responsibilities;

V - continuous evaluation of the various risks associated with the activities of the Entity;

VI - systematic monitoring of activities, so that it can be assessed whether the objectives of the Entity are being achieved, as well as to ensure that any deviations can be promptly solved; and

VII - periodic tests for information systems, especially those maintained electronically.

CAPÍTULO VI – DA COMUNICAÇÃO AO COAF

Art. 21. As Entidades devem implementar procedimentos de monitoramento, seleção e análise de operações e situações suspeitas.

§1º O período para a execução dos procedimentos de análise das operações e situações selecionadas não pode exceder o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data da seleção da operação ou situação.

§2º A análise mencionada no caput deve ser formalizada em dossiê de análise do alerta, independentemente da comunicação ao COAF.

§3º Está contido no prazo do §2º acima, o período de 24 (vinte e quatro) horas da data da decisão formalizada, cujo dossiê de comunicação ao COAF deve ser submetido através do sistema de envio de informações em vigor.

§4º Os procedimentos mencionados no caput devem:

I - ser compatíveis com a política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo da Entidade;

II - ser definidos com base na avaliação interna de risco; e

III - considerar a condição de pessoa exposta politicamente, bem como a condição de representante, familiar ou estreito colaborador da pessoa exposta politicamente.

Art. 22º As Entidades devem comunicar ao COAF as operações ou situações suspeitas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

§ 1º A decisão de comunicação da operação ou situação ao COAF deve:

I - ser fundamentada com base nas informações contidas no dossiê mencionado no art. 21, § 2º;

II - ser registrada de forma detalhada no dossiê mencionado no art. 21, § 2º; e

III - ocorrer até o final do prazo de análise referido no art. 21, § 1º.

Art. 23. As Entidades devem implementar procedimentos de salva-guarda dos registros de análise dos dossiês pelo período mínimo de 10 anos, onde seja possível identificar:

CHAPTER VI – REPORTING TO COAF

Article 21. Entities must implement procedures for monitoring, selecting, and analyzing operations and suspicious situations.

1st paragraph. The period for executing the analysis procedures of selected operations or situations cannot exceed 45 (forty-five) days from the date of selection of the operation or situation.

2nd paragraph. The analysis mentioned in the caput must be formalized in an alert analysis dossier, regardless of communication to COAF.

3rd paragraph. The period of 24 (twenty-four) hours from the date of the formalized decision is included in the deadline of paragraph 2 above, whose communication dossier to COAF must be submitted through the current information submission system.

4th paragraph. The procedures mentioned in the caput must:

I - be compatible with the Entity's policy for the prevention of money laundering and terrorism financing;

II - be defined based on the internal risk assessment;

III - consider the status of politically exposed persons, as well as the status of representatives, family members, or close collaborators of politically exposed persons.

Article 22. Entities must report to COAF operations or situations suspected of money laundering and terrorism financing.

1st paragraph. The decision to report the operation or situation to COAF must:

I - be based on the information contained in the dossier mentioned in Article 21, paragraph 2nd;

II - be recorded in detail in the dossier mentioned in Article 21, paragraph 2nd; and

III - occur by the end of the analysis period referred to in Article 21, paragraph 1st.

Article 23. Entities must implement procedures to safeguard the records of analysis dossiers for a minimum period of 10 years, where it is possible to identify:

a) Pessoa física ou jurídica suspeita;

b) Data da operação realizada;

c) Natureza da operação realizada;

d) Valor da operação realizada; e

e) Parecer de todas as alçadas decisórias responsáveis pela análise das operações ou situações suspeitas.

Art. 24. As Entidades devem estabelecer aprovação da administração em caso de continuidade de relacionamento após realização de Comunicação ao COAF de clientes, fornecedores ou funcionários considerando a confidencialidade exigida.

Art. 25. As Entidades devem estabelecer aprovação conforme alçada definida internamente em caso de encerramento de conta após realização de Comunicação ao COAF de clientes, fornecedores ou funcionários. Este aspecto deve considerar a autonomia da área de PLD/FT.

CAPÍTULO VII – DOS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E DE CONTROLE

Art. 26. As Entidades devem instituir mecanismos de acompanhamento e de controle de modo a assegurar a implementação e a adequação da política, dos procedimentos e dos controles internos de que trata esta Norma de Autorregulação, incluindo:

Parágrafo único. Os procedimentos mencionados no caput devem:

I - a definição de processos, testes e trilhas de auditoria;

II - a definição de métricas e indicadores adequados; e

III - a identificação e a correção de eventuais deficiências.

Art. 27. As Entidades devem elaborar plano de ação destinado a solucionar as deficiências identificadas por meio de avaliação de efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos de que trata esta Norma de Autorregulação.

§ 1º O acompanhamento da implementação do plano de ação referido no caput deve ser documentado por meio de relatório de acompanhamento.

a) suspected natural or legal person;

b) date of the operation carried out;

c) nature of the operation carried out;

d) value of the operation carried out; and

e) opinion of all decision-making levels responsible for the analysis of operations or suspicious situations.

Article 24. Entities must establish management approval in the event of continuing a relationship after reporting to COAF of clients, suppliers, or employees considering the required confidentiality.

Article 25. Entities must establish approval according to internally defined levels in the event of account closure after reporting to COAF of clients, suppliers, or employees. This aspect must consider the autonomy of the AML/FT area.

CHAPTER VII – MONITORING AND CONTROL MECHANISMS

Article 26. Entities must establish monitoring and control mechanisms to ensure the implementation and adequacy of the policy, procedures, and internal controls of this Self-Regulation, including:

Single paragraph. The procedures mentioned in the caput must:

I - define processes, tests, and audit trails;

II - define appropriate metrics and indicators; and

III - Identify and correct any deficiencies.

Article 27. Entities must develop an action plan to address deficiencies identified through the effectiveness assessment of the policy, procedures, and internal controls of this Self-Regulation.

1st paragraph. The monitoring of the implementation of the action plan mentioned in the caput must be documented through a monitoring report.

§ 2º O plano de ação e o respectivo relatório de acompanhamento devem ser encaminhados para ciência e avaliação, até 30 de junho de cada ano:

I - do comitê de auditoria, quando houver;

II - da diretoria da Entidade; e

III - do conselho de administração, quando existente.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Esta Norma de Autorregulação entra em vigor em 25 de setembro de 2023.

2nd paragraph. The action plan and the respective monitoring report must be submitted for acknowledgment and evaluation, by June 30 of each year:

I - to the audit committee, when applicable;

II - to the Entity's management; and

III - To the board of directors, when applicable.

CHAPTER VIII – FINAL PROVISIONS

Article 28. This Self-Regulation comes into effect on September 25th, 2024.

ANEXO I

As operações ou as situações descritas a seguir exemplificam, de forma não exaustiva, a ocorrência de indícios de suspeita para fins dos procedimentos de monitoramento e seleção previsto na Autorregulação:

I - situações relacionadas com operações em espécie em moeda nacional com a utilização de contas de depósitos ou de contas de pagamento:

a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira;

b) movimentações em espécie realizadas por clientes cujas atividades possuam como característica a utilização de outros instrumentos de transferência de recursos, tais como cheques, cartões de débito ou crédito;

c) aumentos substanciais no volume de depósitos ou aportes em espécie de qualquer pessoa natural ou jurídica, sem causa aparente, nos casos em que tais depósitos ou aportes forem posteriormente transferidos, dentro de curto período de tempo, a destino não relacionado com o cliente;

d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação;

e) fragmentação de saques em espécie, a fim de burlar limites regulatórios de reportes;

f) depósitos ou aportes de grandes valores em espécie, de forma parcelada, principalmente nos mesmos caixas ou terminais de autoatendimento próximos, destinados a uma única conta ou a várias contas em municípios ou agências distintas;

g) depósitos ou aportes em espécie em contas de clientes que exerçam atividade comercial relacionada com negociação de bens de luxo ou de alto valor, tais como obras de arte, imóveis, barcos, joias, automóveis ou aeronaves;

h) saques em espécie de conta que receba diversos depósitos por transferência eletrônica de várias origens em curto período de tempo;

ANNEX 1

The operations or situations described below exemplify, in a non-exhaustive manner, the occurrence of indications of suspicion for the purposes of the monitoring and selection procedures provided for in the Self-Regulation:

I - Situations related to operations in cash in the national fiat using deposit accounts or payment accounts:

a) deposits, contributions, withdrawals, requests for provisioning for withdrawal, or any other instrument of funds transfer that presents atypicality in relation to the client's economic activity or inconsistency with their financial capacity;

b) cash transactions carried out by clients whose activities involve the use of other instruments of fund transfer, such as checks, debit or credit cards;

c) substantial increases in the volume of cash deposits or contributions from any natural or legal person, without apparent cause, in cases where such deposits or contributions are subsequently transferred, within a short period, to a destination unrelated to the client;

d) fragmentation of deposits or other cash transfer instruments, including payment slips, to conceal the total value of the transaction;

e) fragmentation of cash withdrawals in order to bypass regulatory reporting limits;

f) deposits or contributions of large sums in cash, in installments, mainly at the same nearby cashiers or ATMs, intended for a single account or multiple accounts in different municipalities or branches;

g) cash deposits or contributions to the accounts of clients engaged in commercial activities related to the trading of luxury or high-value products, such as artworks, real estate, boats, jewelry, cars, or aircraft;

h) cash withdrawals from an account that receives various deposits via electronic transfer from various sources in a short period;

i) depósitos ou aportes em espécie com cédulas úmidas, malcheirosas, mofadas, ou com aspecto de que foram armazenadas em local impróprio ou ainda que apresentem marcas, símbolos ou selos desconhecidos, empacotadas em maços desorganizados e não uniformes;

j) depósitos, aportes ou troca de grandes quantidades de cédulas de pequeno valor, por pessoa natural ou jurídica, cuja atividade ou negócio não tenha como característica recebimentos de grandes quantias de recursos em espécie;

k) saques no período de cinco dias úteis em valores inferiores aos limites estabelecidos, de forma a dissimular o valor total da operação e evitar comunicações de operações em espécie;

l) dois ou mais saques em espécie no caixa no mesmo dia, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do sacador;

m) dois ou mais depósitos em terminais de autoatendimento em espécie, no período de cinco dias úteis, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do depositante; e

n) depósitos em espécie relevantes em contas de servidores públicos e de qualquer tipo de PEP, bem como seu representante, familiar ou estreito colaborador.

II - situações relacionadas com a identificação e qualificação de clientes:

a) resistência ao fornecimento de informações necessárias para o início de relacionamento ou para a atualização cadastral;

b) oferecimento de informação falsa;

c) prestação de informação de difícil ou onerosa verificação;

d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato;

e) ocorrência de irregularidades relacionadas aos procedimentos de identificação e registro das operações exigidos pela regulamentação vigente;

f) cadastramento de várias contas em uma mesma data, ou em curto período, com depósitos de valores idênticos ou aproximados, ou com outros elementos em comum, tais como origem dos recursos, titulares, procuradores, sócios, endereço, número de telefone, etc.;

i) deposits or contributions in kind with banknotes that are damp, smelly, moldy, or look like they have been stored in an inappropriate place, or that bear unknown marks, symbols or seals, packed in disorganized and non-uniform bundles;

j) deposits, contributions, or exchange of large quantities of low-value bills by a natural or legal person whose business or activity doesn't typically involve receiving large amounts of cash;

k) withdrawals within five business days in amounts below established limits, to conceal the total value of the transaction and avoid reporting of cash transactions;

l) two or more cash withdrawals on the same day, with indications of an attempt to circumvent the identification of the withdrawer;

m) two or more cash deposits at ATMs within five business days, with indications of an attempt to circumvent the identification of the depositor; and

n) significant cash deposits in accounts of public servants and any type of Politically Exposed Person (PEP), as well as their representative, family member, or close collaborator.

II - Situations related to the identification and qualification of clients:

a) resistance to providing necessary information for the commencement of a relationship or for updating registration;

b) provision of false information;

c) provision of information that is difficult or costly to verify;

d) opening, operating accounts, or conducting transactions by a holder of power of attorney or any other mandate;

e) irregularities related to the identification and registration procedures required by current regulations;

f) registration of multiple accounts on the same date or in a short period, with deposits of identical or approximate amounts, or with other common elements, such as the origin of funds, account holders, proxies, partners, address, phone number, etc.;

g) operações em que não seja possível identificar o beneficiário final, observados os procedimentos definidos na regulamentação vigente;

h) representação de diferentes pessoas jurídicas ou organizações pelos mesmos procuradores ou representantes legais, sem justificativa razoável para tal ocorrência;

i) informação de mesmo endereço residencial ou comercial por pessoas naturais, sem demonstração da existência de relação familiar ou comercial;

j) incompatibilidade da atividade econômica ou faturamento informados com o padrão apresentado por clientes com o mesmo perfil;

k) registro de mesmo endereço de e-mail ou de Internet Protocol (IP) por diferentes pessoas jurídicas ou organizações, sem justificativa razoável para tal ocorrência;

l) registro de mesmo endereço de e-mail ou Internet Protocol (IP) por pessoas naturais, sem justificativa razoável para tal ocorrência;

m) informações e documentos apresentados pelo cliente conflitantes com as informações públicas disponíveis; e

n) sócios de empresas sem aparente capacidade financeira para o porte da atividade empresarial declarada.

III -situações relacionadas com a movimentação de contas de depósito e de contas de pagamento em moeda nacional, que digam respeito a:

a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente;

b) transferências de valores arredondados na unidade de milhar ou que estejam um pouco abaixo do limite para notificação de operações;

c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros;

d) manutenção de numerosas contas destinadas ao acolhimento de depósitos em nome de um mesmo cliente, cujos valores, somados, resultem em quantia significativa;

g) operations where it's not possible to identify the ultimate beneficiary, considering the procedures defined in current regulations;

h) representation of different legal entities or organizations by the same proxies or legal representatives without reasonable justification for such occurrence;

i) information from different natural persons sharing the same residential or commercial address, without demonstrating the existence of a familial or commercial relationship;

j) incompatibility of declared economic activity or revenue with the pattern presented by clients with the same profile;

k) registration of the same email address or Internet Protocol (IP) by different legal entities or organizations without reasonable justification for such occurrence;

l) registration of the same email address or Internet Protocol (IP) by natural persons without reasonable justification for such occurrence;

m) information and documents presented by the client conflicting with publicly available information; and

n) partners of companies without apparent financial capacity for the declared business activity.

III - situations related to the movement of deposit accounts and payment accounts in the national currency, concerning:

a) movement of resources incompatible with the client's assets, economic activity, or professional occupation and financial capacity;

b) transfers of rounded values in the thousand unit or just below the limit for reporting transactions;

c) regular movement of high-value resources, habitually benefiting third parties;

d) maintenance of numerous accounts intended for receiving deposits in the name of the same client, whose sums, when combined, result in a significant amount;

e) movimentação de quantia significativa por meio de conta até então pouco movimentada ou de conta que acolha depósito inusitado;

f) ausência repentina de movimentação financeira em conta que anteriormente apresentava grande movimentação;

g) utilização de cofres de aluguel de forma atípica em relação ao perfil do cliente;

h) dispensa da faculdade de utilização de prerrogativas como recebimento de crédito, de juros remuneratórios para grandes saldos ou, ainda, de outros serviços bancários especiais que, em circunstâncias normais, sejam valiosas para qualquer cliente;

i) mudança repentina e injustificada na forma de movimentação de recursos ou nos tipos de transação utilizados;

j) solicitação de não observância ou atuação no sentido de induzir funcionários da instituição a não seguirem os procedimentos regulamentares ou formais para a realização de uma operação;

k) recebimento de recursos com imediata compra de instrumentos para a realização de pagamentos ou de transferências a terceiros, sem justificativa;

l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais;

m) existência de contas que apresentem créditos e débitos com a utilização de instrumentos de transferência de recursos não característicos para a ocupação ou o ramo de atividade desenvolvida pelo cliente;

n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural;

o) pagamentos habituais a fornecedores ou beneficiários que não apresentem ligação com a atividade ou ramo de negócio da pessoa jurídica;

p) pagamentos ou transferências por pessoa jurídica para fornecedor distante de seu local de atuação, sem fundamentação econômico-financeira;

q) depósitos de cheques endossados totalizando valores significativos;

e) significant movement of funds through an account that was previously inactive or an account that receives an unusual deposit;

f) sudden absence of financial movement in an account that previously had significant activity;

g) atypical use of safe deposit boxes in relation to the client's profile;

h) exemption from the possibility of using prerogatives such as receiving credit, remunerative interest for large balances or other special banking services which, under normal circumstances, would be valuable to any customer;

i) sudden and unjustified change in the method of fund movement or types of transactions used;

j) request for non-compliance or actions to induce institution employees not to follow regulatory or formal procedures for completing a transaction;

k) receipt of funds with the immediate purchase of instruments for making payments or transfers to third parties, without justification;

l) operations that, due to their regularity, value, and form, constitute an artifice to circumvent the identification of the origin, destination, parties responsible, or ultimate recipients;

m) existence of accounts with credits and debits using fund transfer instruments not characteristic of the client's occupation or business sector;

n) receipt of deposits from various sources without economic or financial justification, especially from regions distant from the legal entity's place of operation or from the residence of the natural person;

o) regular payments to suppliers or beneficiaries unrelated to the legal entity's activity or business sector;

p) payments or transfers by a legal entity to a supplier far from its place of operation without economic or financial justification;

q) deposits of endorsed checks totaling significant amounts;

r) existência de conta de depósitos à vista ou de conta de pagamento de organizações sem fins lucrativos cujos saldos ou movimentações financeiras não apresentem fundamentação econômica ou legal ou nas quais pareça não haver vinculação entre a atividade declarada da organização e as outras partes envolvidas nas transações;

s) movimentação habitual de recursos financeiros de ou para qualquer tipo de PEP, bem como seu representante, familiar ou estreito colaborador, não justificada por eventos econômicos;

t) existência de contas em nome de menores ou incapazes, cujos representantes realizem grande número de operações e/ou operações de valores relevantes;

u) transações significativas e incomuns por meio de contas de depósitos ou de contas de pagamento de investidores não residentes constituídos sob a forma de trust;

v) recebimentos de valores relevantes no mesmo terminal de pagamento (Point of Sale - POS), que apresentem indícios de atipicidade ou de incompatibilidade com a capacidade financeira do estabelecimento comercial credenciado;

w) recebimentos de valores relevantes no mesmo terminal de pagamento (Point of sale - POS), que apresentem indícios de atipicidade ou de incompatibilidade com o perfil do estabelecimento comercial credenciado;

x) desvios frequentes em padrões adotados por cada administradora de cartões de credenciamento ou de cartões de crédito, verificados no monitoramento das compras de seus titulares;

y) transações em horário considerado incompatível com a atividade do estabelecimento comercial credenciado;

z) transações em terminal (Point of sale - POS) realizadas em localização geográfica distante do local de atuação do estabelecimento comercial credenciado;

aa) operações atípicas em contas de clientes que exerçam atividade comercial relacionada com negociação de bens de luxo ou de alto valor, tais como obras de arte, imóveis, barcos, joias, automóveis ou aeronaves;

ab) utilização de instrumento financeiro de forma a ocultar patrimônio e/ou evitar a realização de bloqueios judiciais, inclusive cheque administrativo;

r) existence of checking or payment accounts of non-profit organizations whose balances or financial movements lack economic or legal justification or where there seems to be no connection between the organization's declared activity and the other parties involved in the transactions;

s) routine movement of financial resources to or from any type of PEP, as well as their representative, family member, or close collaborator, not justified by economic events;

t) existence of accounts in the name of minors or incapacitated persons, whose representatives conduct a large number of operations and/or operations of significant value;

u) significant and unusual transactions through deposit accounts or payment accounts of non-resident investors established in the form of trusts;

v) receipt of significant amounts at the same Point of Sale (POS), showing signs of atypicality or inconsistency with the financial capacity of the accredited commercial establishment;

w) receipt of significant amounts at the same Point of Sale (POS), showing signs of atypicality or inconsistency with the profile of the accredited commercial establishment;

x) frequent deviations in patterns adopted by each card issuer for accreditation or credit cards, observed in monitoring the purchases of their holders;

y) transactions at times considered incompatible with the activity of the accredited commercial establishment;

z) point of sale (POS) transactions carried out in a geographical location far from where the accredited commercial establishment operates;

aa) atypical transactions in the accounts of clients who carry out commercial activities related to the trading of luxury or high-value goods, such as works of art, real estate, boats, jewelry, automobiles or aircraft;

ab) use of financial instruments in order to hide assets and/or avoid judicial blockages, including cashier's checks;

ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas;

ad) recebimento de créditos com o imediato débito dos valores; e

ae) movimentações de valores com empresas sem atividade regulamentada pelos órgãos competentes.

ac) handling amounts that are incompatible with the legal entity's monthly turnover legal entities;

ad) receiving credits and immediately debiting the amounts; and

ae) transactions with companies whose activities are not regulated by the competent authorities.